

Mudanças no Ministério da Educação aumentam risco de descontinuidade de políticas

Chegamos ao quinto ministro da Educação, Victor Godoy, desde o início do governo Bolsonaro, em 2018. A alternância de nomes representa risco de descontinuidade para diversas políticas educacionais. Em especial, dos diálogos sobre o futuro das avaliações externas, neste momento em que há grupos de trabalho dedicados a olhar para o Ideb, o ENEM, o Enceja e o SAEB. Em relação a este último, a divulgação dos dados da última edição do exame, que deveria acontecer ainda este ano, também se torna ainda mais incerta. De acordo com o relatório da Comex, ainda não se sabe se os resultados serão apresentados, devido à insuficiência de dados. Vale lembrar que a mudança no ministério acontece em um momento de desincompatibilização, quando todos os pré-candidatos devem abandonar seus cargos, gerando mudanças nas secretarias de educação de todo o Brasil, que por vezes acarretam em mudanças profundas na composição das equipes. Por isso, recomendamos que haja uma boa passagem de bastão, para minimizar os impactos na implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio. Com a mudança de ministro, resta saber também quais ações de apoio à implementação da BNCC e, em especial, do Novo Ensino Médio, irão se manter e se haverá mudanças nas direções das pastas.

Novas diretrizes, a serem oficializadas, são apresentadas para o ENEM - mas não há alinhamento das matrizes

Foi aprovado por unanimidade no Conselho Nacional de Educação o parecer que apresenta as orientações para a adaptação do ENEM ao Novo Ensino Médio e que ainda precisa ser oficializado. Na mesma semana, o Ministério da Educação apresentou diretrizes para a realização do exame, alinhadas ao parecer. Essas novas orientações, que se aprovadas passam a valer a partir de 2024, representam um avanço importante nas adaptações que devem ser realizadas para dar força à implementação do Novo Ensino Médio. Entre os pontos mais relevantes, estão:

- A realização do exame ocorre em duas etapas, sendo a primeira dedicada à parte comum, correspondente à Formação Geral Básica, que tem como referencial a BNCC, Base Nacional Comum Curricular. E a segunda, a parte flexível, que contempla os itinerários formativos e estaria dividida por áreas. Essas seriam: “línguas, ciências humanas e ciências sociais aplicadas”; “matemática, ciências da natureza e suas tecnologias”; “matemática, ciências humanas e sociais aplicadas” e “ciências da natureza, ciências humanas e sociais aplicadas”. Essa organização garante que os conhecimentos essenciais, estabelecidos pela BNCC, sejam avaliados e que, de acordo com seus interesses, os estudantes possam ser examinados na área de sua escolha.
- Uma listagem que relaciona as áreas da segunda etapa do exame, que corresponde à parte flexível, às opções de carreira no Ensino Superior. Por exemplo, se o estudante quiser cursar medicina, deve fazer a prova da área de “matemática, ciências da natureza e suas tecnologias”.
- A possibilidade de incluir questões dissertativas também é um ponto importante, uma vez que a BNCC propõe o desenvolvimento de competências que vão além do conteúdo.

Vale lembrar que, para a completa adaptação do Enem ao Novo Ensino Médio, é imprescindível o alinhamento das matrizes de referência, que deve ser realizado pelo Inep, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. É preciso, com urgência, definir prazos para que esse processo aconteça e para que as novas matrizes sejam apresentadas às redes.

Implementação do Novo Ensino Médio segue sem que quatro estados tenham referenciais curriculares homologados

2022 é o ano da chegada do Novo Ensino Médio às escolas de todo o país nas turmas de 1º ano. Porém, em quatro estados – Acre, Alagoas, Bahia e Tocantins – os documentos ainda não foram homologados. No Acre, o documento e o parecer aguardam publicação. Na Bahia, o Conselho abriu uma nova consulta pública sobre o referencial. Em Alagoas e Tocantins os documentos aguardam aprovação. Além dos novos referenciais curriculares, as redes estaduais precisam elaborar, também, seu Plano de Implementação (PLI), conforme indicado pelo MEC. O documento deve nortear o trabalho das equipes, registrando, por exemplo, objetivos e metas do Novo Ensino Médio no território e a relação das ações com o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Planos Estaduais de Educação (PEEs). Até fevereiro, pelo menos três estados, Amapá, Maranhão e Minas Gerais, ainda não haviam finalizado o PLI. Não temos informações sobre a Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rondônia. Acompanhe os dados do Novo Ensino Médio na [área de Indicadores](#) deste Observatório.

Saeb segue sem definição

Ainda não há um cronograma para a reformulação do exame e a apresentação dos resultados da edição de 2021, que deveria acontecer até junho, permanece incerta em meio à mudança ministerial. A demora das definições gera insegurança para as redes e escolas sobre o planejamento que deve ser adotado. O SAEB é considerado o principal instrumento de monitoramento do sistema educacional brasileiro e ainda não contempla as aprendizagens propostas pela BNCC. Por isso, apontamos que é urgente avançar na atualização do exame e estabelecer prazos para sua concretização.. A demora nas definições gera insegurança para as redes e escolas sobre o planejamento que deve ser adotado. Vale ressaltar que o SAEB é considerado o principal instrumento de monitoramento do sistema educacional brasileiro e ainda não contempla as aprendizagens propostas pela BNCC. Na pesquisa “O futuro do SAEB – entrevistas com especialistas”, conduzida por Priscilla Albuquerque Tavares, professora da escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, e apoiado pelo Movimento pela Base, especialistas falam sobre as mudanças necessárias para que o SAEB se atualize. Entre elas, a prioridade é o alinhamento à BNCC. [Confira a análise sobre o estudo.](#)

Prazo para inserção de currículos em plataforma do MEC é prorrogado até 30 de abril

A inserção dos currículos alinhados à BNCC na [Plataforma de Monitoramento da Implementação](#) é um dos cinco critérios que qualificam as redes para o recebimento da complementação VAAR (Valor Aluno/Ano por Resultado), conforme previsto na [Lei do Fundeb](#), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação. Estamos apoiando a campanha de mobilização das redes para cadastro dos documentos, junto com Consed e Undime (entidades que representam as secretarias estaduais e municipais de Educação) e Foned e Uncme (que representam os conselhos estaduais e municipais de Educação), como uma ação importante para o monitoramento da implementação em todas as redes. Produzimos um [passo a passo mostrando como fazer a inserção dos documentos na plataforma.](#)